

Incentivos para solar devem sair até julho

Aneel espera que medidas de estímulo para o setor sejam anunciadas no 1º semestre

Naiana Oscar

Com a falta de chuva que colocou os reservatórios das usinas hidrelétricas em estado crítico e elevou para 75% o risco de racionamento de energia no País, o governo federal decidiu que era hora de incentivar a geração própria de energia solar por famílias e empresas – caminho que já foi adotado há mais de uma década em países como Estados Unidos e Alemanha. Na semana passada, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse que havia negociações em andamento para estimular esse modelo.

A primeira tentativa nesse sentido se deu em 2012, com uma resolução da agência que permitiu que os consumidores ligassem seus sistemas na rede elétrica e “vendessem” energia excedente para as distribuidoras, abatendo esse crédito da conta de luz. Mas algumas distorções fizeram com que a chamada geração distribuída não decolasse no Brasil. “A legislação brasileira é, sem dúvida nenhuma, a melhor do mundo”,

ironiza o espanhol Pedro Viquer Brunet, diretor da multinacional Solatio, que foi a grande vencedora do leilão de energia solar no ano passado. “O problema é que ela não é aplicável.”

De 2012 até janeiro, apenas 409 sistemas entraram em funcionamento, segundo a Aneel. Juntos, eles têm uma capacidade instalada de 4,8 megawatts, o que é nada perto da matriz energética brasileira, de 134 mil megawatts. “Hoje, a resolução está passando por uma revisão. Ainda no primeiro semestre abriremos uma audiência pública para reduzir ainda mais as barreiras para o consumidor ter sua própria geração”, disse Marco Aurélio Lenzi Castro, especialista da superintendência de regulação da distribuição da Aneel.

Além de estudar novas linhas de financiamento para os equipamentos de geração solar, o governo está discutindo no Confaz, que reúne secretários estaduais de Fazenda, a isenção da cobrança do ICMS sobre o que é devolvido à rede das distribuidoras. Hoje, se o proprietário de um sistema solar consome 200 kWh de energia e injeta um excedente de 100 kWh na rede, ele paga o im-



Pioneiro. Casa do contador Marcelo Colle, em Videira (SC), foi a 1ª da cidade a ter um sistema de geração de energia solar

● **Cenários**
140 mil
sistemas de energia solar estarão em funcionamento no País até 2024 se tudo continuar como está

795 mil
sistemas devem estar em operação com aprovação de incentivos

posto em cima de 300 e não dos 200 que ele consumiu. Minas Gerais resolveu adotar uma regra própria e cobrar o tributo apenas sobre a diferença por um prazo de cinco anos, colocando o Estado na liderança dos projetos de sistema solar do País: são 80 ante 43 de São Paulo. A perspectiva da Aneel é que o Confaz mude essa regra até julho.

O governo também estuda autorizar as distribuidoras a pagar

mais caro por essa energia. “Se as empresas puderem pagar valores acima do Valor de Referência (que é a média praticada nos últimos leilões de energia), isso estimulará que mais consumidores adotem o modelo de geração própria”, afirmou Rufino no início da semana passada.

Nas estimativas da Aneel, se tudo continuar como está, sem os incentivos, o País chegará a 2024 com 140 mil sistemas de geração distribuída em funcionamento e 600 MW de capacidade instalada. Com a mudança na regra do Confaz, esses números seriam de 188 mil e 800 MW. Incluindo outros incentivos, como, por exemplo, a possibilidade de a energia ser usada não apenas nas áreas comuns de um condomínio residencial, mas também pelos próprios condôminos em seus imóveis, a projeção salta para 795 mil sistemas, em dez anos, ge-

rando 2.435 MW.

Simulações. A pedido do Estado, o técnico da Aneel fez duas simulações para calcular o que muda na conta de luz de uma família de classe média com um sistema de energia solar. Para uma casa que consome 450 kWh por mês, o custo total de instalação do sistema seria de R\$ 14,3 mil. O retorno do investimento e o valor da conta é diferente de um Estado para outro, por isso foram considerados dois exemplos: Campinas, em São Paulo, e Belo Horizonte, em Minas, onde as regras de ICMS são diferentes.

Em Campinas, a fatura mensal da família passaria de R\$ 223 para R\$ 90, com as regras que estão em vigor hoje. Se o Confaz decidir pela isenção de imposto, a conta cairia para R\$ 65, gerando uma economia anual de R\$ 1.890. No primeiro caso,

o tempo de retorno do investimento fica em nove anos e, no segundo, vai para 7,6 anos.

Em Belo Horizonte, os benefícios são maiores. A conta cai de R\$ 295 para R\$ 85, com a cobrança de ICMS incidindo apenas sobre o que foi consumido pelos moradores – medida que o governo de Minas já adota, mas que não vale para o restante do País. Nesse caso, o tempo de retorno de investimento seria de 5,8 anos e a economia anual, de R\$ 2,5 mil.

A vida útil de um sistema de energia solar fotovoltaica é de 25 anos em média. “Vencidas as barreiras do financiamento e da tributação, vale muito a pena”, defende Rodrigo Sauaia, presidente da Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar). “Depois de recuperar o investimento, o proprietário vai gerar durante 15 a 20 anos energia quase que de graça.”

Entre consumidores, principal motivação ainda é ambiental

Os sistemas de geração solar no Brasil estão restritos, em grande parte, aos telhados de gente entusiasmada com fontes renováveis de energia, como o contador Marcelo Colle, de Videira (SC). “O assunto sempre foi um hobby para mim”, conta. “Quando saiu a resolução da Aneel, em 2012, eu já tinha pesquisado muito e fui um dos primeiros a instalar painéis fotovoltaicos em casa.”

Na época, ele pagou cerca de R\$ 18 mil para colocar os painéis no telhado da residência, onde vive com a mulher. Não precisou de financiamento porque já tinha reservado um dinheiro para este fim. “Minha decisão foi mais motivada pela questão ambiental do que pela econômica.” Ele e a mulher consomem em média 140 quilowatts de energia, o que resultaria numa conta de R\$ 80. Hoje, Colle paga uma tarifa de R\$ 10, por causa dos impostos.

Quem instalou o sistema na casa do contador foi a Solar Energy, empresa com sede em Curitiba (PR) que está entre as mais antigas do País na geração distribuída de energia solar. A companhia foi fundada em 2011 por Hewerton Martins, formado em automação industrial, e por seu irmão, que é engenheiro electricista. Os dois enxergaram na geração fotovoltaica uma possibilidade de empreender, largaram seus empregos (numa usina de cana-de-açúcar e numa empresa de cosméticos) e foram viajar o mundo, por um ano, para pesquisar tecnologia e se familiarizar com esse mercado.

Hoje, a Solar Energy tem 150 sistemas instalados no País. Montar toda a estrutura, segundo Martins, leva em média três dias. O demorado é conectá-la à rede elétrica. Dependendo da distribuidora, pode levar de três a quatro meses.

O preço, segundo ele, já foi um obstáculo maior. Os primeiros sistemas vendidos pela empresa para residências custavam R\$ 35 mil. Hoje, a mesma estrutura sai por R\$ 22 mil. “Mas não acredito que caia mui-

● **Investimento**
Na Solar Energy, uma das primeiras empresas de geração distribuída de energia solar no País, o mesmo sistema que, em 2012, custava em torno de R\$ 35 mil, hoje sai por R\$ 22 mil, em média.

to mais que isso por dois motivos: dólar e China”, diz.

Como boa parte das peças usadas na montagem dos módulos é importada, a alta do câmbio prejudica o setor. Soma-se a isso o fato de o governo chinês ter adotado nos últimos dois anos uma política de incentivo à instalação de painéis solares nos telhados de casas e empresas do país, que é o maior produtor das peças para a montagem dos módulos. A expectativa do setor é que, com os projetos vencedores do leilão de energia solar,

realizado em setembro do ano passado, os fornecedores, aos poucos, se instalem no Brasil.

O empresário Eduardo Tani-guchi não quis esperar o cenário mais favorável para gerar eletricidade. Dono de uma empresa de instalação e manutenção de ar-condicionado, em Palmas (TO), ele decidiu aproveitar o telhado de 1,3 mil m² para produzir energia. “Querida aproveitar o nível de insolação da região, que me impressionou desde que transferi a empresa de São Paulo para Palmas em 2000.”

A conta de luz da Industec girava em torno de R\$ 2 mil. Tani-guchi investiu R\$ 250 mil no sistema, financiado em dez anos, com dois de carência. Ele vai começar a pagar as parcelas, de R\$ 3,4 mil, nos próximos meses. “Não é barato, mas sei exatamente quanto vou gastar com energia daqui para frente. Não estou preocupado com aumento na conta de luz.” / **N.O.**

DECLARAÇÃO À PRACA

Eu, Maurício Tadeu de Luca Gonçalves, inscrito sob o CPF nº 249.229.098-00 e RG nº 18.104.499-7 SSP/SP DECLARO A TODOS OS FINS DE DIREITO, que a via original da alteração registrada sob o nº 472444 em sessão de 23 de dezembro de 2003 pelo 3º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica do Estado de São Paulo, foi extravada, no qual a mesma foi apresentada na tentativa de compra do Certificado Digital da empresa PARTWORK ASSOCIADOS CONSULTORIA CONTÁBIL, FISCAL E FINANCEIRA LTDA - EPP inscrita sob o CNPJ nº 02.064.565/0001-68, além disso, o suposto representante apresentou RG adulterado.

KDW DO BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
CNPJ 12.585.507/0001-33 NIRE 3522470398-5
5ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
Data 24/06/2013. Local São Paulo. A totalidade dos sócios da KDW DO BRASIL INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, sede em São Paulo-SP, Av das Nações Unidas, nº 12.399 - Cj 85 B - CEP 04578-000, DELIBERAM, reduzir o capital social, conf. art. 1082, Inciso II do CC, de R\$ 4.625.823,64 para R\$ 3.325.578,00, representando uma redução de R\$ 1.300.245,64 mediante diminuição do valor nominal das quotas do capital social do sócio KDW I. Beteiligungs - GmbH e serão devolvidos na mesma data em moeda corrente do país. A proposta foi aprovada por unanimidade entre os sócios KDW I. Beteiligungs - GmbH e Brazil Investors Group, LLC.

COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SANTOS - CODESP
Secretaria de Portos
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

AVISO DE REVOGAÇÃO
Pregão Eletrônico n.º 36/2014
Processo n.º 22106/14-79

A COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP, com sede na cidade de Santos/SP, inscrita no CNPJ sob n.º 44.837.524/0001-07, torna público a revogação do Pregão Eletrônico, sob n.º 36/2014, objetivando a Aquisição de 04(quatro) itens de materiais diversos a fim de atender às exigências da Prefeitura Municipal de Guarujá, tudo em conformidade com o edital e seus anexos, por interesse da administração.

João Fernando Salazar Pinelli
Pregoeiro

ANO XXI - Nº 249 - Segunda-feira, 16 de Fevereiro de 2015

Boletim Semanal Sciesp
Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo
Presidente : Alexandre Tirelli
Produção Gráfica: Publicidade Archote
www.sciesp.org.br

Sede Capital
Rua Pamplona, 1200 - Jd. Paulista - São Paulo / SP - 01405-906
11 3889-6299 - Capital e Grande São Paulo - 0800 17 6817 Demais Localidades

“WORKSHOP” ESPECIALISTAS EM CONSULTORIA IMOBILIÁRIA

A Universidade Corporativa dos Corretores de Imóveis - UNISciesp, está com inscrições abertas para o **XX WORKSHOP ESPECIALISTAS EM CONSULTORIA IMOBILIÁRIA**, que acontecerá no dia 24 de Fevereiro, terça-feira, na sede, localizada na Rua Pamplona, 1200, 1º andar, Jd. Paulista, das 8h30min às 19h.

O Encontro irá reunir profissionais renomados do mercado imobiliário, que irão abordar diversos assuntos do dia a dia dos Corretores de Imóveis, com foco nos aspectos práticos da profissão, interagindo com o público para troca de experiências, conforme a programação dos temas abaixo:

Painel I (9h – 12h)	Tema	Conferencista
	Avaliação de Imóveis Matemática Financeira Consultor de Crédito Imob. (CA300) Gestão de Empresas Imobiliárias	Francisco Regis e Marcelo P. de Melo Rubens Chammas e José Frederico Meier João Brito Ivan Mosconi e Genival E. de Souza
Painel II (13h – 15h30)	Técnicas de Vendas e Negociação Loteamentos Administração Imobiliária	Eduardo Coelho Pinto de Almeida e Eduardo Pinto de Almeida Lair Alberto Soares Krahenbuhl e Carlos Alberto dos Santos Sueli Pacheco
Painel III (16h – 19h)	Incorporação Imobiliária Marketing Imobiliário Plano Diretor Estratégico de SP	Geraldine Maia Eliezer Calvieri Eduardo Della Manna

As inscrições são GRATUITAS e podem ser realizadas através dos e-mails: inscicoes@sciesp.org.br ou unisciesp@sciesp.org.br, ou ainda pelo telefone (11) 3889 58 99 ramal 548/578 VAGAS LIMITADAS!

EDITAL DE RECOLHIMENTO - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL/2015

O Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo-Sciesp, atendendo as disposições estatutárias, ao aprovado na A.G.O. de 19/11/2014 e, ao disposto nos arts. 578 e seguintes da CLT, COMUNICA aos profissionais liberais Corretores de Imóveis, quanto à obrigatoriedade de recolher a Contribuição Sindical referente ao exercício de 2015, até o dia 28 de fevereiro de 2015, através da Guia de Recolhimento de Contribuição Sindical Urbana (GRCSU), no valor de R\$ 217,20 (duzentos e dezessete reais e vinte centavos), em qualquer agência bancária e, após o vencimento somente

nas agências da Caixa Econômica Federal. O Sindicato disponibiliza o preenchimento e encaminhamento da respectiva guia, via postal, aos Corretores de Imóveis com situação cadastral atualizada para envio de correspondência c/c Portaria M.T.E 201/2009. Os profissionais podem ainda, retirar a guia de recolhimento na Sede ou nas nossas Agências Regionais. Informações na Rua Pamplona, 1200, 3º andar, São Paulo/SP, de 2ª à 6ª feira, das 9:00 às 18:00 hs., ou através dos telefones (11) 3889 58 99 ramal 534 ou 0800 176817. São Paulo, 13/02/2015. Alexandre Tirelli - Presidente.

PROGRAMA CORRETOR CIDADÃO

O programa Corretor Cidadão convida todos para a participação na arrecadação de alimentos não perecíveis, que serão distribuídos a ONG Banco de Alimentos.

A instituição, parceira do Sciesp, possui atestado de utilidade pública federal, pelos serviços prestados à sociedade. A ONG tem como missão minimizar os efeitos da fome, através do combate ao desperdício de alimentos e promovendo educação e cidadania.

A participação da categoria dos corretores de imóveis é muito importante, para que esse projeto continue a ter sucesso. Faça parte, mobilize seus familiares e amigos! Traga a suas doações nos postos de arrecadação do Sindicato, na sede da entidade, em São Paulo, ou na agência regional mais próxima.



AVISO SOBRE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Os corretores de imóveis devem manter seus dados cadastrais atualizados perante o Sciesp (Entidade Sindical representante da categoria), conforme determina a Nota Técnica SRT/Ministério do Trabalho e Emprego nº 201/2009. Ao se recadastrar esses profissionais da categoria se manterão informados e legalmente habilitados para exercerem a profissão. Para atualizar suas informações junto ao Sindicato acesse www.sciesp.org.br ou ligue (11) 3889 58 99 ramal 534.